

O DEFICIENTE INTELECTUAL E SUA SEXUALIDADE, UM ESTUDO PSICANALÍTICO CONTRIBUINDO PARA A AÇÃO PEDAGÓGICA

Giseli Monteiro Gagliotto

Doutora em Educação. Professora Adjunta–Pedagogia/UNIOESTE
. Líder do GEDUS. giseligagliotto@ig.com.br

Tatiane Faust

(Acadêmica do 4º ano de Pedagogia/UNIOESTE. Bolsista PICV. Membro do GEDUS.
tatianefaust@yahoo.com.br)

Aline Bruna dos Santos

Acadêmica do 2º ano de Pedagogia/UNIOESTE. Bolsista do Projeto USF e ICV.
Membro do GEDUS
alinebrunaped@gmail.com).

RESUMO:

O artigo tem como objetivo elucidar a temática sexualidade do deficiente intelectual com aporte psicanalítico. Os estudos decorrem da vinculação entre projeto de pesquisa e um projeto de extensão em que foram realizadas pesquisas e bibliográficas e de campo. A sexualidade e a deficiência intelectual são conceitos carregados de preconceitos, mitos e tabus. Nossos estudos querem contribuir para a quebra destes. A consequência explicada pela psicanálise do desvio da energia reprimida e as possibilidades de sublimação desta energia para a criatividade apresenta-se como tarefa pedagógica e mediação para a Educação Sexual do deficiente intelectual; é isso o que impulsionou o presente estudo.

Palavras-chave: deficiência intelectual, sexualidade, psicanálise

ABSTRACT:

The article aims to elucidate the theme of sexuality poor intellectual contribution to psychoanalysis. The studies stem from the link between the research project and an extension project in which they were held and bibliographic research and field. Sexuality and intellectual disability concepts are loaded with prejudices, myths and taboos. Our studies contribute to want to break these. The result explained by psychoanalysis deviation of repressed energy and potential energy for sublimation of this creativity is presented as pedagogical task and mediation for Sexual Education of poor intellectual that is what prompted this study.

Muitas foram as concepções dadas aos deficientes intelectuais através da história, de sub-humanos a enviados de Deus, os deficientes intelectuais costumam ser um assunto que interessa somente aos especialistas, aos familiares e às pessoas de seu convívio diário, pois muitas vezes nos remete aos aspectos imperfeitos do indivíduo, o que gera um imenso desprazer. Esta crença contribui para o isolamento e ausência de conhecimento dos deficientes para com os aspectos que envolvem a sexualidade.

Sabemos que há uma escassez de estudos a esse respeito, especialmente na literatura nacional, mas não é difícil levantarmos hipóteses em torno da questão. O ser humano prefere olhar o seu lado forte e sem faltas e falhas a deparar-se com sua exacerbada fragilidade. A deficiência, em particular a mental, incomoda muito por levar o homem a ver seus aspectos imperfeitos, o que gera um imenso desprazer. (SILVA, 2005, p.134)

Na antiguidade os indivíduos com deficiência física ou intelectual eram abandonados ou até mesmo eliminados, pois naquele momento o ideal de homem que prevalecia era a perfeição e culto do corpo e a valorização da sua eugenia. Os deficientes físicos ou intelectuais eram considerados sub-humanos, assim sua eliminação ou abandono eram naturalmente aceito.

(...) os filhos dos melhores e os levarão ao orfanato, pondo-os ao cuidado de algumas aias que viverão isoladamente, em certo bairro da cidade; quanto aos dos seres inferiores – e igualmente se algum dos outros nasce aleijado – escondê-lo-ão, como é devido, num lugar secreto e oculto (A República, 460c)

Na Idade Média com a influência da era cristã, era atribuído o conceito de enviados de Deus ou como sendo seres demoníacos. A partir desse momento, então os deficientes passaram a serem possuidores de alma e assim dignos da vida, mas não com real valor de aceitação, essas pessoas eram acolhidas e institucionalizadas, mas ainda se tinha muito sofrimento, já que se usavam métodos de castigos/punições como meio de curá-los ou livrá-los do mal.

Com as transformações na sociedade, a entrada do capitalismo, a evolução da medicina, muda-se também as concepções de homem e o deficiente intelectual está mais ligado a este modelo de sociedade, mas considerado como um ser não participante, fugindo do que era normal e aceito pela sociedade, mas que está ali presente e precisa ser visto. Assim, as concepções religiosas passam a ficar de lado e as referências médicas se voltam para as explicações da deficiência intelectual, trazendo em foco definições do como e por que eles são assim, e tentam a busca incansável da cura.

Define-se por deficiente intelectual, como se esclarece no site da APAE de São Paulo, aquele que tem um funcionamento intelectual inferior a média (QI), associado a limitações adaptativas em pelo menos duas áreas de habilidades (comunicação, autocuidado, vida no lar, adaptação social, saúde e segurança, uso de recursos da comunidade, determinação, funções acadêmicas, lazer e trabalho), que ocorrem antes dos 18 (dezoito) anos de idade.

Sendo assim esses indivíduos tem dificuldade para realizar atividades rotineiras, não conseguem aprender de forma satisfatória; seus resultados são comparados aos de pessoas com idade inferior a sua, pois estes têm uma redução da capacidade do cérebro.

A deficiência intelectual pode ser provocada no período pré-natal, perinatal e pós-natal. Durante o período pré-natal alguns fatores que podem levar o bebê a sofrer alterações são: tabagismo, alcoolismo, uso de drogas ou alguns medicamentos, algumas doenças maternas, desnutrição e também alterações genéticas e cromossômicas. No período perinatal podem ser: hipóxia ou anoxia, prematuridade ou baixo peso e icterícia grave do recém nascido. No período pós-natal diversos são os fatores: desnutrição, desidratação grave, carência de estimulação global, infecções, intoxicações e por acidentes.

Hoje os deficientes intelectuais estão aos poucos ganhando mais espaço; novas pesquisas são feitas em decorrência da evolução da medicina e mais pessoas passaram a se interessar por esse grupo. Busca-se a inclusão dos deficientes intelectuais na sociedade, nas escolas, no mercado de trabalho e na vida sócio-afetiva.

A inclusão social exige uma nova postura em relação à pessoa com deficiência intelectual, ponderando suas potencialidades e respeitando seus direitos. A inclusão é mais do que a inserção destes sujeitos na sociedade, mas sim uma postura de aceitação e respeito para com as diferenças, oportunizando a vivência plena em diversos contextos, permitindo um acesso a todas as instituições e aos papéis sociais. Isso inclui também o vivenciar sua sexualidade.

A sexualidade do deficiente intelectual é o que está em foco nesse trabalho, tendo sido necessário buscar conhecimentos no âmbito das definições de conceitos relevantes à deficiência intelectual para que pudéssemos abordar o assunto sexualidade destes, pois há um todo envolvido.

A quebra de tabus não é apenas restrita à deficiência intelectual, mas, também é necessário à sexualidade. Assunto que para muitos ainda é algo desconfigurado, e que vem, assim como os deficientes tomando mais espaço.

Para compreender questões da sexualidade como marca única do homem, ou seja, como dimensão desenvolvida em sua condição cultural e histórica, é preciso apresentar as principais concepções referentes às Ciências Humanas, Sociais e Biológicas, lembrando como foi se construindo o processo histórico das questões da sexualidade.

Os estudos sobre o tema da Sexualidade e suas características sempre estiveram presentes no corolário das discussões científicas e políticas deste século, em muitas das áreas e campos das Ciências Humanas, Ciências Sociais e das Ciências Biológicas. Questões como a natureza especial da Sexualidade Humana, suas marcas históricas e condicionamentos idiossincráticos, a possibilidade de realização ontológica de cada existência, a relação entre poder e sexualidade, a dicotomia entre realidade e prazer, instinto e civilização, natureza e cultura, libertação, emancipação e repressão sexual, todos estes temas aparecem como contrastes entre os diversos campos de produção científica contemporânea (SILVA, 2001, p. 26).

Também é digna de nota a definição de Nunes (2006):

O sexo e a sexualidade, diferentes conceitos de diversificadas abrangências, pontuam quase todas as expressões da vida cotidiana atual. Mas, a despeito desta exposição discursiva, para uma boa filosofia, o primeiro passo para uma reflexão sobre a questão da sexualidade consiste em buscar definir seu estatuto e sua identidade, trata-se de procurar explicitar sua natureza epistemológica, seu alcance político, sua circunscrição polissêmica e articular sua plurívoca concepção ou seus possíveis limites. Significa empreender um esforço inicial de apresentar o conteúdo, a pertinência e a abrangência do tema, suas associações e alcances num esforço para circunscrever o campo temático e sua potencialidade epistemológica e política emancipatória. Pois não vamos ao campo da investigação teórica sobre sexualidade como expectadores de um fenômeno externo a nós, trata-se de nossa própria identidade ontológica, como seres humanos e seres socialmente produzidos (NUNES, 2006, p. 3).

As ciências biológicas estão estritamente ligadas ao ser humano e, sua visão da sexualidade se resume à reprodução, informações, conhecimentos fisiológicos e anatômicos dos órgãos sexuais, em uma abordagem higienista. Esse processo foi carregado de leituras deturpadas da sexualidade humana que acabaram por desencadear posturas tímidas, repressoras e cômicas.

Passando então a ser abordada como conjunto de noções biológicas, uma etiologia de doenças sexualmente transmissíveis, que não produzia comportamentos emancipados, com referenciais éticos. O discurso da sexualidade foi descontextualizado, com preconceitos estereotipados, sem reflexão continuou com uma prática consumista, extremamente desumanizada.

A sexualidade é compreendida como sexo, por isso uma implicação necessária é o entendimento do que é sexo e sexualidade. Sexualidade é a significação ética, estética, religiosa, política. O sexo é marca biológica e a sexualidade é marca humana, um conceito cultural constituído pela qualidade, pela significação do sexo.

...a sexualidade não é uma parte ou complemento da condição humana. Não se trata de uma dimensão secundária, vinculada as demais habilidades e potencialidades humanas. “Ao contrário, entendemos que a sexualidade é uma marca única do homem, uma característica somente desenvolvida e presente na condição cultural e histórica do homem” (NUNES e SILVA; 2006, p.73)

Por isso, a sexualidade não pode ser reduzida a uma manifestação instintiva, mas deve-se ter uma concepção científica e humanista, compreendendo o desenvolvimento psicosssexual do indivíduo, superando o senso comum, que a reduz a uma consideração meramente biológica e manifestação instintiva.

A sexualidade está em tudo, é necessário aprofundar o conhecimento da sexualidade considerando que esta não é somente uma questão física, biológica. Ainda persiste a ideia de homem fragmentado e é a partir dela que, muitas vezes, entendemos a sexualidade humana como restrita aos nossos genitais, ocupando uma pequena parcela do corpo biológico, desvinculada das emoções e descontextualizada das relações sociais.

É importante observarmos que a ciência médica, ao estabelecer a correlação entre sexualidade e reprodução, contribuiu fortemente para o distanciamento entre a sexualidade e a subjetividade. E é por isso que, ainda hoje, em pleno século XXI, no senso comum, é corrente pensar a sexualidade associada aos órgãos genitais, ao coito e às informações biológicas do nosso corpo, desvinculadas do desejo, do amor e do prazer. (GAGLIOTTO, 2009, p.36).

As Ciências Naturais tratam a sexualidade como algo apenas relativa da espécie humana, dado pela natureza e com fins reprodutivos. Tais ciências partem de uma visão da sexualidade atrelada especificamente à questão corporal, e vista como algo de adulto “normal”, já que a criança e o idoso, via de regra não possuem condições para a reprodução e há um discurso do senso comum sobre o deficiente intelectual em que lhe furtam tal possibilidade procriativa. O discurso médico-científico nega a sexualidade infantil assim como a sexualidade senil por estar ancorado na ciência positivista emergente na segunda metade do século XIX e por tratar o sexo e a sexualidade como sinônimos.

A posição das Ciências Naturais difere completamente das Ciências Humanas. As naturais em dado contexto, entendem a Sexualidade como fenômeno ligado ao funcionamento orgânico do aparelho reprodutor, submissa às leis do corpo, sujeita à comparação com o sexo dos animais. Afirmando que o instinto sexual é proveniente da natureza, surgindo como um comportamento isolado, padronizado e transmitido hereditariamente. Nessa concepção, a manifestação do instinto sexual que não tiver por objetivo a reprodução, colocará em perigo a perpetuação da espécie. Dessa forma, toda a atividade sexual sem fins reprodutivos ficaria caracterizada como desviante, antinatural, doença e/ou aberração da natureza.

Nossos estudos decorrem de um projeto de pesquisa juntamente com um projeto de extensão, o primeiro intitulado-se *Desvendando a sexualidade do deficiente intelectual: contribuições psicanalíticas e perspectivas para a ação pedagógica* e o segundo *A sexualidade da criança deficiente intelectual e a formação do professor em educação sexual na APAE de Francisco Beltrão*.

Com base em estudos bibliográficos buscamos conhecer melhor sobre a temática então partimos da teoria à prática, o que nos possibilitou um melhor entendimento do assunto, pois a realidade sobre a sexualidade do deficiente intelectual obtida naquele momento estava muito presente no processo educativo e corroborou de forma significativa para nossa pesquisa. Assim, desenvolveram-se atividades de intervenção pedagógica relacionadas à sexualidade com os professores envolvidos no projeto. Os dados coletados através de entrevistas semi-estruturadas tornaram possível diagnosticar o conhecimento dos professores de educação especial sobre a sexualidade do deficiente intelectual, buscando retratar os problemas, medos, preconceitos, tabus e as dúvidas presentes em suas vivências. Durante as entrevistas cada professor relatou o seu entendimento sobre sexo e sexualidade e a sua visão desses temas frente ao deficiente intelectual. A análise das entrevistas deu-se através das técnicas de Análise de Conteúdo e Análise Documental que possibilitaram a compreensão da relação entre a sexualidade, a educação sexual do deficiente intelectual e a psicanálise.

O objetivo das entrevistas era o de conhecer o que os profissionais da educação especial entendiam por sexualidade, sexualidade do deficiente intelectual e demais relações ao conteúdo e a partir das análises feitas por contribuir para o processo de qualificação profissional e humano.

Os professores entrevistados relataram durante as entrevistas qual era o seu entendimento sobre sexo, sexualidade e as suas concepções desse tema frente ao

deficiente intelectual. Grande parte dos professores entrevistados mencionou não estar preparado para trabalhar sobre esse assunto com seus alunos e admitiram a falta de um melhor preparo e apontaram para a necessidade de realizar novos estudos.

Alguns professores afirmaram estar preparados para falar de sexualidade com seus alunos, mas pudemos perceber um despreparo, um preconceito não admitido e grandes equívocos com relação às suas concepções. Percebemos tais equívocos em suas falas: *... passei por várias situações, desde situações mais a vontade ou de fala, não sei o que é mais difícil se é você ver o fato, e tomar alguma atitude com o ato ou com a fala, por que na fala tem que argumenta, até todo o contexto histórico familiar, já o ato teve situações de o aluno se masturbar , que levantei e o levei ao banheiro, achei mais fácil do que falar, tem situação do aluno que fala que vai casar, vai usar camisinha, coisas que escutam em casa, coisas que muitas vezes não são reais, falam que vão para a festa , que vão beijar, que vão “transar”. Pergunto a eles se sabem o que é; eles dizem que sabem, que usam camisinha, e então os outros que não tem essa vivência, ficam apavorados, ai tem que começar todo um processo, fala que não é bem assim, pede se eles tem dinheiro para se sustentar se sua namorada engravidar, e eles respondem, mas eu vou usar camisinha.*

Ao apresentarem uma concepção equivocada sobre o que é sexualidade e sexualidade do deficiente intelectual, foi possível perceber as contradições em suas falas. Enquanto alguns citavam sexualidade referindo-se apenas ao sexo, ao coito; outros deram exemplos de manifestações da sexualidade em acreditavam que estas apenas acontecessem em espaços como APAE e com deficientes. Esta fala é de uma professora da instituição: *...a sexualidade na escola é muito raro de acontecer, é muito difícil de acontecer, nunca vai acontecer pode-se dizer, a não ser que seja num lugar em que ninguém veja.* Nas suas concepções limitadas não viam tais manifestações como natural do ser humano; e sim, como uma problemática presente nos alunos com deficiência intelectual.

Os professores falaram sobre as questões afetivas de seus alunos, as curiosidades de cada um, os desejos inculcados e as manifestações que ocorrem no ambiente da APAE. Trouxeram à tona questões dos alunos que são casados, que têm filhos, outros que querem ter, dos que querem namorar, do desejo de ter filhos e o quanto eles admitem estarem apaixonados. Relataram que os alunos questionam sobre sexualidade e apresentam muitas curiosidades, assim como qualquer outro indivíduo considerado normal.

Uma das questões que nos chamou bastante a atenção dentre as falas da grande maioria é a de como falar sobre isso com eles, sem demonstrar um preconceito de que para constituírem família é preciso ser “normal”; é preciso ter condições financeiras? Esta foi uma das questões levantadas por alguns dos professores. Como constituírem família se não trabalham para sustentá-las? Não é discutida por exemplo a inserção desses indivíduos no mercado de trabalho, apenas são considerados como um elemento a mais na sociedade. As condições psicológicas para a formação de uma família não são levadas em conta. Não é feita uma análise; não existe preocupação com o afetivo; nem com o emocional dos deficientes intelectuais; apenas os aspectos materiais e econômicos são considerados importantes e ainda assim, são impeditivos para a realização deste desejo de constituírem família.

Apesar de apontarem a questão econômica como um impeditivo primário para que esses indivíduos constituam suas famílias, nada é feito para a promoção destes no mercado de trabalho. Não lhes é incumbido valores que proporcionem o aprendizado de meios que garantam sua sobrevivência; muitas vezes não lhes é ensinado o básico para que aprendam a tomar decisões, para que tenham responsabilidade, isto é; para que sejam auto-suficientes, autônomos, independentes, responsáveis pelos seus atos e assim assumam as consequências de suas atitudes.

Outro fator que as professoras tornaram relevante é que concordam que os deficientes intelectuais para constituírem família precisam de supervisão/auxílio de suas famílias. A fala de uma professora nos mostrou muito bem a questão levantada sobre casamento e métodos anticoncepcionais: *... apenas se tiver apoio familiar; sozinhos é bem complicado. Você tem que mostrar até como lavar roupas, será que eles têm condições de cuidar de uma família? Os mais comprometidos deveriam usar métodos anticoncepcionais, inclusive vasectomia. Mas talvez em casos menos comprometidos, pode ser possível... se for ver nenhum deles tem condições de ter filhos, eles estão aqui por que precisam de ajuda, imagine mais uma criança na vida deles?!*

Muitas vezes os deficientes intelectuais são considerados assexuados, muito embora apresentem várias manifestações da sexualidade no âmbito da escola e em tantos outros lugares e mesmo assim a sexualidade lhes é negada.

Perante a dificuldade em se trabalhar com esse assunto, os professores acabam que por coibir os seus alunos. Diante de tal aflição querem finalizar logo com estes momentos, e assim professores agem de forma inesperada, como relatou uma professora durante a entrevista: *É bem complicado falar dessas coisa. Como é APAE, acontece*

muitas coisas; às vezes tem quem gosta de se masturbar. Teve uma festa de carnaval, fazia pouco tempo que eu estava ali, não conhecia bem os vícios e manias, eu tinha mais ou menos 10 alunos, até que bem comprometidos. Enquanto eu levava um cadeirante e voltava buscar os outros alunos, um aluno (adulto) se masturbou, gozou, eu não tinha reparado, na hora que vi me assustei. Eles não pensam que nem nós; fiquei apavorada. Não sabia o que fazer, não sei se fiz certo; mandei o aluno levantar as calças. Então, ele saiu correndo para fora. Pensei em vomitar, depois disso comecei a pensar, estava acostumada em outra escola. Os relatos dessa professora reproduzem o abandono e a falta de conhecimento a que estão submetidas. Dentre os professores entrevistados a maioria considera que outro profissional deva falar sobre sexualidade com os alunos. Percebe-se neste pequeno fragmento de uma entrevista com uma das professoras a sua concepção: “... *Quando ocorrem casos de namoros ou masturbações, geralmente conversamos com a psicóloga. Se não resolver, levamos o caso para a direção, coordenação e equipe pedagógica, são eles que conversam com os pais*”. Mantendo-se assim acomodados frente à educação sexual de seus alunos.

Outra preocupação trazida pelos professores é a questão do abuso sexual, pois por serem mais ingênuos se deixam influenciar ou são enganados por outros. Assim nos diz as educadoras falando sobre anticoncepcionais e vasectomia: ... *Acredito ser muito válido. Pela questão da prevenção, pela inocência das meninas, por que tem pessoas muito aproveitadoras. É importante estar fazendo uma prevenção; ... acho que devem tomar, se não as meninas se deixam levar pela ingenuidade.*

Mediante as verbalizações informais dos participantes, notou-se que muitos professores apontaram como impeditivos para o trabalho “*a dificuldade de compreensão dos alunos*” e por não se sentirem a vontade em falar sobre sexualidade. Identificou-se também, que a sexualidade aparece desarticulada do processo educativo, já que a maioria considera que outro profissional deva falar sobre o tema.

A sexualidade é uma das questões que mais tem causado dificuldades, problemas e desafios aos professores, no seu trabalho diário de ensinar, nota-se que não estão tendo a preparação adequada para atuarem na área da sexualidade humana. O entendimento de muitos profissionais sobre a sexualidade costuma ser: por um lado, são considerados sexualmente infantis ou assexuados e, por outro, sexualmente agressivos e sem controle, mas apesar destes dois ângulos visionários, há um fundamento único, que é a negação da sexualidade.

O funcionamento intelectual subnormal não significa que os indivíduos com deficiência intelectual não são capazes de uma conduta sexual ajustada com as exigências sociais. Desde que sejam orientados de forma que seu nível cognitivo possa assimilar o conhecimento, podem demonstrar seu desejo de uma forma socialmente aceita. O que lhes falta é um processo efetivo de educação e também orientação sexual. Se não recebem orientações adequadas, acabam tendo poucas oportunidades para aprendê-las, pois não têm as mesmas oportunidades para descobrir sobre sexualidade com seus pares, falar livremente com os amigos sobre sexo e acabam assim, não podendo aprender sobre este aspecto do desenvolvimento.

Considerando as reais necessidades encontradas nesse âmbito escolar foi realizado um curso de formação em Educação Sexual e Direitos Humanos em parceria com a UDESC. O objetivo esteve em resgatar aspectos centrais da sexualidade que vêm se apresentando como necessárias para a prática desses profissionais no cotidiano da escola. Buscou-se construir junto aos professores a consciência da sua importância enquanto autores e atores na construção do espaço coletivo que é a escola. O intuito foi o de provocar nos professores um olhar mais crítico sobre o próprio trabalho, sobre suas concepções de desenvolvimento humano e sobre as relações destes processos com o meio socioeconômico e político que os cerca. Considerando os aspectos psicanalíticos de ressignificação da sexualidade, a partir da revisão histórica das demandas religiosas, políticas, culturais e sociais, a educação sexual liberta-se das relações de poder moralizantes que reprimem as questões sexuais na escola.

Este curso em andamento tem avaliado, ainda em forma qualitativa, a educação sexual no âmbito da instituição escolar. Mantêm-se centrado nas temáticas que se referem à sexualidade, ao gênero, à orientação sexual, à condição física, à raça-etnia, ao pertencimento religioso, à classe social e à geração, com ênfase na Educação Sexual, considerando que a sexualidade é uma dimensão humana que vai além de sua determinação biológica por ser culturalmente determinada.

Uma educação sexual emancipatória deve questionar os fundamentos dos estereótipos sexuais, a rotulação que passa para o imaginário social a naturalização e a normatização que representam homens e mulheres, ou seja, é superar o sexismo. É nesse sentido que trabalhamos na educação, na construção do que Nunes (1996) defende como uma *Educação Sexual Emancipatória*, que nada mais é que uma utopia ético-política e uma intervenção institucional significativa na escola.

... a emancipação pode ser entendida como a formação para a compreensão plena, integral, histórica, ética, estética e psicossocialmente significativa e consciente das potencialidades sexuais humanas e sua vivência subjetiva e socialmente responsável e realizadora. Trata-se da qualificação ontológica da sexualidade humana e sua construção ético-social (NUNES; SILVA, 2000, p. 17).

Afirmamos também:

A Educação Emancipatória que defendemos é, ao mesmo tempo, processo e produto, nascido e conquistado num projeto de muita determinação participativa e coletiva, resultante de muitas e densas lutas de educadores e educadoras. Enquanto processo é a ação diária, nas escolas, nas aulas, nas reuniões, para fazer valer os princípios da igualdade, da convivência fraterna, da reciprocidade, da solidariedade ativa, da significação gratificante da necessidade e do desejo, do amor e da solidariedade, para a promoção de um mundo mais justo, mais igualitário, portanto, mais humano. Enquanto produto é o espaço do novo da educação do homem e da mulher emancipados, altruístas, ativos que aprenderam e sempre aprendem a viver junto aos seus semelhantes, na empreitada da formação da produção social, da cultura à economia (NUNES; FEITOZA, 2008 apud GAGLIOTTO, 2009).

Na realidade muitos pais e educadores, diante de tantas situações da sexualidade fingem que não veem, ou entendem que sua ação deve ser apenas a de intervir momentaneamente, coibindo e reprimindo tal episódio. Percebemos que a informação, o conhecimento e o saber sobre a sexualidade ainda é limitado, e por isso, pais e professores devem fornecer as informações carregadas de afetividade, ética e valorativa, dando referências com representações de identidades, construções de referências humanas e para isso precisam estudar a sexualidade. Precisamos tratar de forma humana e didática da sexualidade sendo que, o bom termo é desenvolver critérios para a formação.

O papel do educador consciente em transmitir conhecimentos sobre sexualidade, tem uma decisiva importância na mudança dos valores que discriminam os papéis sociais e sexuais de homens e de mulheres. Os professores precisam ter conhecimento destes assuntos para poder pensar e repensar se os padrões estabelecidos são realmente naturais, ou podem ser desconstruídos/reconstruídos. Grande parte dos problemas ligados à vivência da sexualidade tem origem na falta de informação e na ansiedade, o que faz com que o indivíduo sinta baixa autoestima, culpa e medo.

Os professores desempenham um papel de fundamental importância, pois podem e devem contribuir para a formação de crianças, jovens e futuros adultos com mais capacidade de se sentirem bem consigo próprios, de amar, de se sentirem realizados e felizes. Nosso papel de educador é de interferir, no limite de nossa competência, na

crítica aos modelos repressivos/permissivos para a construção de uma sexualidade humana, erótica e lúdica, só possível numa relação de confiança e afeto (NUNES; SILVA; 2006, p. 83)

O professor deve, então, entrar em contato com questões teóricas, leituras e discussões sobre as temáticas específicas de sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto dos alunos e ter acesso a um espaço grupal de supervisão dessa prática, o qual deve ocorrer de forma continuada e sistemática, constituindo, portanto, um espaço de reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual (BRASIL, 2000, p.123 apud GAGLIOTTO, 2009).

A sexualidade não é um tabu, nem deve se restringir a uma questão religiosa, médica, ou de mercado. Assim sendo, educadores responsáveis com uma educação emancipatória, devem ver a sexualidade como uma orientação ética, com um desenvolvimento estético, com um compromisso participativo e comunitário, propondo diálogos francos, proporcionando materiais didáticos que retratem o corpo e a sexualidade de maneira adequada, com ética, coerência e serenidade.

Entre os vários conceitos elaborados e sugeridos pela psicanálise é relevante para o entendimento da deficiência no processo de desenvolvimento do indivíduo e outros são de muito valor sobre as formas de intervenção mais favorecedoras do pleno desenvolvimento e ajustamento social das pessoas.

Embora, de acordo com minha percepção, a psicanálise tivesse trazido muitas contribuições para essa área, várias questões permaneciam ainda sem uma solução que pudesse ser considerada satisfatória. As propostas de Winnicott, sua visão de desenvolvimento e constituição do ser humano, que indicam, segundo Loparic (1996), um "novo paradigma" para a psicanálise, surgiram como a luz no fim do túnel, esclarecendo as dúvidas levantadas, acalmando as insatisfações sentidas e trazendo a solução para inúmeros entraves que se percebiam nas discussões sobre esse tema. Esses conceitos, quando aplicados à compreensão e intervenção dessas pessoas, proporcionam, realmente, um novo olhar sobre elas, considerando-as em relação à deficiência. (AMIRALIANDO, 2003, p. 04).

Considerando os aspectos psicanalíticos de ressignificação da sexualidade, apontamos que o aporte teórico psicanalítico tem se mostrado eficiente para o trabalho de educação sexual, uma vez que instrumentaliza os professores da instituição a lançarem um olhar cuidadoso e uma escuta privilegiada sobre e de seus alunos. Ao repensar a educação sexual à luz da psicanálise, a escola assume uma postura política de articulação e integração entre as teorias psicanalíticas sobre o desenvolvimento psicosssexual e as teorias educativas de aprendizagem. A psicanálise não surge como solução para receitar como educar sexualmente, mas como uma possibilidade

fundamentada para compreender as dimensões da prática educativa escolar no complexo desenvolvimento sexual destes indivíduos.

A psicanálise é um conjunto teórico no qual encontra-se suporte para o entendimento dos seres humanos, até mesmo daqueles com alguma deficiência, seja orgânica ou funcional, como homens totais e integrados. Seus postulados podem ser utilizados, também, em procedimentos educacionais, de orientação e aconselhamento. Hoje é bem aceito esse referencial não apenas como uma técnica de tratamento psicológico, mas também como um corpo de conhecimentos teóricos a respeito da constituição do ser humano, que pressupõe uma postura atitudinal diante da vida e de seus problemas. (AMIRALIANDO, 2003, p. 04).

A psicanálise reestrutura a concepção de sexualidade; a subjetividade simbólica do inconsciente psicanalítico subsidia uma linguagem capaz de revisar a educação sexual desenvolvidas nas escolas. A psicanálise concede à educação sexual legitimada nas escolas, elementos teóricos fundamentais para elaboração pedagógica de uma necessária revitalização no processo educativo, quanto ao desenvolvimento sexual. A psicanálise não traz respostas prontas e nem modelos de como educar sexualmente; e sim, apresenta-se como possibilidade fundamentada para compreender as dimensões da prática educativa escolar no complexo desenvolvimento sexual dos indivíduos.

Com base em diferentes referenciais bibliográficos de estudos psicanalíticos usados para a compreensão da deficiência intelectual, pudemos compreender que a psicanálise pode ser considerada como um conceito que atende de maneira satisfatória aos objetivos de compreensão do desenvolvimento, aprendizagem e ajustamento desses indivíduos.

Compreendemos, então, que a leitura que a Psicanálise faz sobre a deficiência intelectual relaciona-se com um ser sem o saber intelectual, numa relação de evidência de nada compreender, mas que é apoiado por um saber, denominado saber inconsciente. Deve-se haver a preocupação com o desenvolvimento de novas formas de agir com as pessoas com deficiência para que assim facilite a conquista de um desenvolvimento pleno de suas capacidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIRALIAN, Maria Lucia de Toledo Moraes. **Deficiências: Um novo olhar. Contribuições a partir da psicanálise winnicottiana.** Estilos clin. São Paulo, v. 8, n. 15, jun. 2003. Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282003000200008&lng=pt&nrm=iso. acessos em 27 ago. 2012.

GAGLIOTTO, Giseli Monteiro. **A Educação Sexual da Criança e a Pedagogia da Infância:** matrizes institucionais, disposições culturais, potencialidades e perspectivas emancipatórias. 2009. 260 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MAIA, Ana Claudia Bertolozzi (2001a). Reflexões sobre a educação sexual da pessoa com deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial* 7(1), p.35-46.

MOREIRA, Lília Maria de Azevedo [et. al.]. **Algumas abordagens da educação sexual na deficiência mental.** Salvador: EDUFBA, 2007 147p.: il.

JERUSALINSKY, Alfredo. **Psicanálise e desenvolvimento infantil: um enfoque transdisciplinar.** 5ª edição, Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2010.

MISKOLCI, Richard. Reflexões sobre Normalidade e Desvio Social. In: **Revista Estudos de Sociologia.** Araraquara-SP, v. 13, 2003, p. 109-126.

MORAES, Sylvana Carpes. **As representações dos professores sobre a sexualidade dos alunos com Síndrome de Down.** 2006. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, 2006.

MOREIRA, Lília Maria de Azevedo [et. al.]. **Algumas abordagens da educação sexual na deficiência mental.** Salvador: EDUFBA, 2007 147p.: il.

NUNES, César Aparecido; SILVA, Edna. **A educação sexual das crianças.** Campinas, Autores Associados, 2000. (Polêmicas do nosso tempo; 72).

NUNES, César Aparecido. **Platão e a dialética entre a filosofia do amor e o amor da filosofia:** um estudo pedagógico de ética sexual. 2006. 214 p. Tese (Livre docência em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SILVA, Edna Aparecida da. **Filosofia, Educação e Educação Sexual:** matrizes filosóficas e determinações pedagógicas do pensamento de Freud, Reich e Foucault para a abordagem educacional da Sexualidade Humana. 2001. 300 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Chistiano de. Sexo é uma coisa natural? A contribuição da Psicanálise para o debate sexualidade/escola. In: AQUINO, J. G. (org.). **Sexualidade na Escola:** alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997. p 11-23.

VITÓRIO, Judimar. **Repensando a sexualidade na psicanálise:** Uma contribuição para educação sexual na infância. 2010. 80 p. Monografia (conclusão do curso de pedagogia) – Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador, 2010.